

Pedido do comitê assessor: manter títulos previstos no acordo de 88

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Comitê Assessor de Bancos pediu ao Brasil que mantenha exatamente os termos atuais de alguns títulos de dinheiro novo previstos no acordo de 1988, como PFA (Parallel Finance Agreement) e New Money Trade. A idéia é de que os banqueiros gostariam de transformar o New Money Trade em uma simples linha de crédito comercial como o falecido Projeto 3 não se confirma.

Além disso, a maneira como se desdobra o juro sobre o Par Bond proposto pelos banqueiros ao País é diferente da divulgada. Os valores como dados por este jornal no final de semana estão corretos, mas os juros sobem a cada três anos, em vez de 0,25% a cada dois anos como se supunha.

Duas fontes ligadas às negociações confirmaram ontem a este jornal que o Par Bond do comitê começa com juros de 5,25% durante os três primeiros anos e de 5,75% nos anos quatro a seis, até fixar-se em 6,25% (e não 6,5%) como o Par Bond do México, no sétimo ano. Isso parece enfim concluir a descrição da contraproposta dos banqueiros.

A reação brasileira, pelo que se conhece das declarações públicas tanto do presidente Fernando Collor de Mello quanto do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, é de que o País não tem como pagar os US\$ 3,9 bilhões do custo estimado das garantias pedidas pelos bancos.

Chegou-se a supor no mercado que as garantias custariam entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões, dado que o fortalecimento do Par Bond e do Discount Bond levaria os credores a optar predominantemente por esses papéis. No entanto, a presunção tanto dos negociadores brasileiros quanto do comitê é de que as garantias pedidas na contraproposta envolvem um custo de US\$ 3,9 bilhões.

O governo Collor, porém, estava trabalhando em sua hipótese com o custo de US\$ 2 bilhões para garantia do principal do Par Bond e do Discount Bond, sem as garantias para os juros pedidas pelos banqueiros em três dos seis papéis que sugeriram. Sabe-se agora que os brasileiros não estão pensando em usar recursos das reservas do País, nem empréstimos do fundo Nakasone no Japão.

Os US\$ 2 bilhões com que

Pedro Malan e sua equipe estimavam financiar a garantia colateral dos dois bônus, viriam de três fontes apenas: um acordo entendido com o Fundo Monetário Internacional (FMI), parte dos empréstimos do Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dinheiro novo dos bancos via New Money Bond, o quinto instrumento da proposta original do País.

STAND BY

A conta é como se segue. A transformação do esperado acordo Stand By do País com o FMI num acordo estendido de três anos permitirá o saque de 70% da cota brasileira de 1,461 Direitos Especiais de Saque (DES) por ano. Isso dá mais ou menos US\$ 2 bilhões em três anos, dos quais 25% (US\$ 500 milhões) podem ser postos à parte para um programa de redução da dívida externa pelas regras do Plano Brady.

As regras do BIRD e do BID para o Plano Brady também são conhecidas. O País pode separar 10% de seu programa de emprésti-

mos por três anos e usá-lo para a compra de garantias colaterais. O programa brasileiro com os três bancos nos próximos três anos é de US\$ 6,3 bilhões a US\$ 6,5 bilhões, daí separando-se cerca de US\$ 650 milhões. Até aí, soma-se US\$ 1,15 bilhão para o acordo com os bancos.

Os restantes US\$ 900 milhões teriam de vir do New Money Bond, que o governo brasileiro vê como uma espécie de empréstimo-ponte dos bancos para eles próprios. Não foi esse o número usado na proposta do País mas, só para efeito de concluir o raciocínio, imagine-se que 10% dos credores aceitem comprometer-se com o New Money Bond.

Na proposta do País, 25% desse total será dinheiro novo (um dólar novo por cada quatro de dívida antiga). Como 10% da dívida de cerca de US\$ 50 bilhões são US\$ 5 bilhões, 25% disso dá US\$ 1,25 bilhão. Chega-se aí a US\$ 2,4 bilhões (US\$ 1,25 bilhão mais US\$ 1,15 bilhão), de onde o cenário brasileiro de gastar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 2,2 bilhões com as garantias colaterais.

SEGUROS